

A ARQUEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: UMA DISCIPLINA NO FIO DA NAVALHA*

TANIA ANDRADE LIMA**

ABSTRACT

This paper discusses the risks that archaeology faces when strictly identified with State politics or practiced on behalf of the State; this requires consciousness, attention and continuous vigilance concerning the agendas underlying the practice of the discipline. Through an analysis of school textbooks (approached here as powerful instruments of social control) I examine the extent to which Brazilian prehistory was put to the service of the construction of a national identity during the government of Getúlio Vargas.

Palavras-chave

Identidade nacional -arqueologia - pré-história - livros didáticos

* Artigo republicado com ilustrações.

** Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ, Pesquisadora do CNPq.

Arqueologia, nacionalismo e construção de identidades nacionais sempre andaram perigosamente juntos, desde que movimentos políticos nacionalistas eclodiram por toda a Europa no século XIX, e, não por acaso, a arqueologia se consolidou como disciplina acadêmica paralelamente a esses movimentos.

O surgimento do nacionalismo como doutrina política trouxe consigo a necessidade de construção de histórias nacionais, de mitos fundadores da nação, relatando sua origem e formação, com profundidade temporal suficiente para legitimá-la, na medida em que não há nação sem tradição, sem passado. Os estudos históricos foram intensificados para atender a essa demanda, mas a insuficiência ou mesmo inexistência, em alguns casos, de registros documentais para períodos recuados transferiu para a arqueologia a tarefa de encontrar as raízes mais fundas para essas narrativas. A disciplina assumiu portanto, desde o seu nascedouro, uma inevitável e acentuada dimensão política, a par da sua feição científica.

Os usos do passado, entendido como um dos terrenos simbólicos mais férteis para a construção e legitimação de identidades nacionais, surgiram assim *naturalmente*, de tal forma que a relação tão próxima entre nacionalismo e arqueologia foi *naturalizada*, tendo permanecido a salvo de qualquer questionamento ou revisão crítica pelo menos até o pós-guerra.

Durante todo esse tempo a arqueologia interpretou registros arqueológicos como histórias de povos específicos, contribuindo para fortalecer - equivocadamente com certeza - a concepção de grupos étnicos e nacionais como internamente homogêneos, historicamente contínuos, e externamente definidos por características culturais, linguísticas e raciais (Jones & Brown 1995:4). A disciplina forneceu poderosos elementos para a construção de longas genealogias em sociedades contemporâneas, que reforçaram suas identidades e conferiram a elas a legitimidade que buscavam.

Essa forte influência do nacionalismo sobre a arqueologia, por tanto tempo mal percebida no bojo dessa relação simbiótica, começou a ser analisada sobretudo a partir da década de 1980, quando ela finalmente deixou de ser vista como produto de uma ordem *natural* e se tornou foco de intensas reflexões, que começaram a apontar a força desse comprometimento político e os riscos daí advindos.

No Velho Mundo, por exemplo, e mais particularmente na Europa, foram inúmeros os usos de dados arqueológicos manipulados para fins políticos, em um amplo espectro ideológico: no Portugal de Salazar, na

Espanha de Franco, na Alemanha de Hitler, na União Soviética pré e pós-colapso, na China de Mao e pós-Mao, no Japão pré e pós-guerra, em Israel, entre muitos outros (ver também Andrade Lima 1988)

Arqueologias estreitamente identificadas com políticas de Estado ou a serviço do Estado correm sempre um alto risco de serem distorcidas, na medida em que são induzidas à manipulação de evidências de modo a promover os interesses da ideologia dominante. Ora sustentando políticas de dominação sobre outros povos, ora justificando controle sobre territórios reivindicados, ou ainda criando elos simbólicos com passados gloriosos para a construção de histórias contínuas que justifiquem o presente (Kohl & Fawcett 1995:4), entre várias outras possibilidades.

Em Portugal, a ditadura salazarista investiu fortemente na construção de uma história nacional. Embora fosse enfatizado todo o tempo o período dos descobrimentos como o ápice de Portugal, a Idade do Cobre foi igualmente glorificada, porque nela estariam os fundamentos da nacionalidade portuguesa. Arqueólogos a serviço do regime interpretaram a arquitetura e os artefatos desse período como resultantes de contatos com centros civilizados do Mediterrâneo oriental. O fato de Portugal ter sido colonizado por esses povos mais avançados, com resultados tão positivos, somado ao fato de ele mesmo ter levado o Cristianismo e a “civilização” para a África, América do Sul e Ásia, reforçava a idéia de que a colonização era não apenas justificável mas desejável, quando exercida por nações mais avançadas, o que legitimava plenamente a política territorial de Salazar, vale dizer, o colonialismo em Goa, Angola e Moçambique (Lillos 1995).

Na Espanha, a construção de uma história nacional vem sendo um processo mais complexo que em outras nações europeias. Se durante o regime franquista, de forte controle central, a arqueologia foi instada a envolver a nação com uma aura de homogeneidade, no período pós-Franco o nacionalismo espanhol foi desafiado por outros nacionalismos periféricos no País Basco, na Catalunha, e, com menor intensidade, na Galícia (Diaz-Andreu 1995:39). A arqueologia contribuiu para gerar interpretações competitivas do passado a serviço de quatro nacionalismos distintos, dentro de um mesmo Estado-nação, no contexto das lutas políticas espanholas.

Na Alemanha nazista, o mito da superioridade da raça ariana foi em grande parte fundado nas teorias nacionalistas e racistas de Gustav Kossina, o primeiro a desenvolver uma metodologia para identificar grupos étnicos no registro arqueológico (Anthony 1995:91). Não esca-

pou ao nazismo essa suposta habilidade da arqueologia em identificar fronteiras étnicas - o que atendia na medida aos seus interesses - nem o extraordinário potencial da disciplina para a propaganda nacional socialista. Nesse período a arqueologia floresceu na Alemanha (Arnold & Hassmann 1995:76), que viu surgir museus, institutos de pesquisa, cátedras em universidades, bem como recursos para escavações capazes de legitimar a ideologia nazista, e fornecer as bases para a sua plataforma de expansão territorial.

Em Israel, por outro lado, os aspectos políticos da arqueologia foram também intensamente explorados, e a disciplina acabou fornecendo importantes justificativas para a sua criação e expansão, no quadro da perpétua disputa territorial com o povo da Palestina. A arqueologia bíblica, em particular, com forte apelo emocional, deu suporte a sua construção. Sítios arqueológicos se tornaram poderosos símbolos de identidade nacional, como a Metzada, símbolo para os israelitas do poder da vontade, da resistência, da coesão e do heroísmo do povo judeu.

As tensões interétnicas e os movimentos nacionalistas que se agudizaram no leste europeu após o colapso da União Soviética, particularmente no Cáucaso, têm uma longa história que recua ao império russo pré-revolucionário e elas estilham o velho ideal nacionalista de formação de um único povo soviético. Muitas dessas disputas por territórios e legados culturais vêm sendo sustentadas por mitos de passados gloriosos construídos a partir de distorções dos registros arqueológicos, destinadas a comprovar a ancestralidade das diferentes culturas locais (Kohl & Tsetskhladze 1995). Não por acaso, muitas das lideranças políticas que conduzem esses movimentos foram anteriormente arqueólogos, filólogos e historiadores antigos.

Na China de Mao, tal como relatado por Tong (1995), a arqueologia se tornou o campo disciplinar mais associado ao patriotismo cultural, constituindo um gerador de profundo orgulho étnico. Os arqueólogos chineses, trabalhando sob rígido controle ideológico, foram particularmente sensíveis à questão da identidade nacional. Interpretaram a origem da cultura chinesa à luz de uma perspectiva fortemente nacionalista, entendendo a China como um centro independente de desenvolvimento da civilização. Com essa negação de influências externas a arqueologia justificou, na longa duração, a política de fechamento de fronteiras sustentada pelo regime maoísta. Mais tarde, nas décadas de 1980 e 1990, o nacionalismo na China foi reconfigurado. O antigo modelo mononuclear, centralizador,

que explanava a origem a partir de um único centro, foi substituído pela admissão de múltiplas culturas como ancestrais da civilização dinástica, interligadas em uma esfera mais ampla de interação. Este novo modelo de regionalismo encorajando a integração expressa simbolicamente a diminuição do controle central no bojo das reformas promovidas por Deng Xiao Ping, com o passado mais uma vez sendo construído a serviço dos interesses do presente.

No Japão pré-guerra a arqueologia esteve, desde o século XIX, a serviço do culto à divindade do imperador. Até mesmo na década de 1930, embora não se ditasse explicitamente de que forma os dados arqueológicos deveriam ser interpretados, arqueólogos eram demitidos e presos, caso seu trabalho colocasse em dúvida a origem divina da família imperial, no regime ultranacionalista que controlou o país. No pós-guerra, foi instalado um processo de construção de uma nova identidade nacional japonesa. O governo passou a encorajar o uso de achados arqueológicos – agora sobretudo em trabalhos de salvamento em grandes obras desenvolvimentistas - para sustentar o conceito de unidade da nação, reforçando a antiguidade e a homogeneidade do povo japonês a partir de origens comuns e da continuidade ininterrupta da sua história (Fawcett 1995).

Chamada portanto, em diferentes circunstâncias, à construção de mitos de origem, de narrativas lineares, e de sociedades culturalmente homogêneas, a arqueologia correspondeu ao que se esperava dela. Tendo o histórico-culturalismo como marco teórico dominante até a década de 1960, entendia conjuntos de determinados traços que se expressavam na cultura material como manifestações materiais de povos extintos que partilharam normas e valores. Assumiu desta forma uma correlação simplista entre culturas arqueológicas e grupos étnicos, e, ao traçar suas origens e desenvolvimento, obteve resultados que serviram esplendidamente como suportes para causas nacionalistas.

Se, no Velho Mundo, a continuidade cultural instalada desde tempos muito recuados favoreceu a construção de histórias de longa duração, no Novo Mundo, a ruptura determinada pela conquista inviabilizou-as totalmente. O colonialismo construiu e se alimentou todo o tempo de figuras de alteridade, fundando e sustentando maniqueisticamente a identidade dos dominantes à custa da construção negativa do outro e da sua exclusão, como bem apontaram Hardt & Negri (2003:141). Com isto, as genealogias passaram a ser traçadas no máximo até os conquistadores, remetendo a partir daí ao colonizador europeu, ou, na melhor das hipóteses, à nação

africana de origem, apagando-se a ancestralidade indígena.

Esta peculiaridade esvaziou consideravelmente nas Américas o potencial de exploração do passado pré-histórico para fins de construção de identidades nacionais. Exceto, evidentemente, nos alguns países de colonização espanhola, onde floresceram culturas nativas mais complexas que deixaram vestígios esplendorosos, e nos quais a população indígena conseguiu se manter em números elevados. Em alguns casos, as genealogias não apenas recuaram a períodos anteriores ao da conquista, como essa ancestralidade acabou por constituir um dos pilares da identidade nacional, em construções não raro equivocadas, como as que tentaram tornar o México etnicamente homogêneo, reunindo diferentes etnias sob o rótulo de “moderna nação mestiça”.

No caso brasileiro, o passado pré-histórico, sem grandiosidade e sem magnificência, pouco foi explorado nessa direção. No entanto, considerando que a arqueologia desempenhou e continua desempenhando um importante papel na construção de identidades nacionais; considerando que sítios e bens arqueológicos podem se tornar poderosos símbolos de identidade nacional; e considerando ainda, como assinalou Anderson (1983:125), o fato de que as ideologias nacionalistas são em geral inculcadas, com grande eficácia, através do sistema educacional, dos meios de comunicação de massa e das normas administrativas, selecionamos o primeiro desses domínios, o do sistema educacional, para investigar em que circunstância e de que forma a arqueologia esteve a serviço da construção de uma identidade nacional em nosso país.

Examinamos os livros didáticos de História do Brasil publicados ao longo de um século, entre 1898 e 1998 (Andrade Lima & Pinheiro da Silva 1999), com a finalidade de analisar as formas de revelação - e também de ocultação - do passado anterior à conquista. Trata-se, no caso, de analisar de que forma foi apresentada aos futuros cidadãos brasileiros a origem da nossa formação social. A questão das origens permeia toda construção de identidade, seja ela pessoal ou coletiva, local ou nacional. Mobiliza sentimentos profundos, porquanto determina o lugar que os indivíduos ocupam no mundo e na rede de relações sociais.

Tal como exposto naquela publicação, livros didáticos - como é notório - são poderosos instrumentos de controle social, de dominação cultural e ideológica. A escola, através dos conteúdos transmitidos, tanto pode atuar como agente de reprodução e difusão da ideologia dominante, quanto pode se tornar um instrumento de transformação e libertação. E

nesse processo os livros didáticos desempenham um papel fundamental. O ensino da História, em especial, é um domínio particularmente sensível. A manipulação política, no caso, é feita sobre corações e mentes ainda em formação, que internalizam os modelos transmitidos como verdades inquestionáveis, assumindo-os como certos e reproduzindo-os vida afora, o que assegura sua manutenção.

Em países colonizados, não raro o passado remoto é distorcido ou ocultado para impedir que raízes históricas sejam encontradas, explicando-se apenas as origens das instituições coloniais. Com isso, o sistema de ensino acaba se constituindo como um dos principais ingredientes do neocolonialismo. Como disse Ferro (s/d:15), “que ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos e de nós mesmos, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos. Ela nos marca para o resto da vida”, de tal forma que os valores assim incutidos tornam-se elementos ordenadores, balizadores, que orientam o indivíduo em todos os níveis da sua existência.

A análise realizada nos manuais didáticos, entre 1898 e 1998, permite afirmar que a pré-história do Brasil - sucessivamente incluída e excluída de várias formas desses livros - foi valorizada, nos últimos cem anos, sobretudo em dois momentos: ao final do século XIX e ao longo da era Vargas, atendendo a interesses distintos. Nos demais momentos, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, desapareceram desses manuais quaisquer menções à pré-história brasileira e seus autores parecem tê-la esquecido por completo.

Nesse período, as referências às populações indígenas restringem-se apenas àquelas que foram encontradas aqui no momento do contato, centradas basicamente nos portugueses e no que eles viram ao chegar. Os índios, no caso, parecem ter entrado nesses textos fortemente eurocêntricos somente para compor o cenário exótico, de natureza pródiga e luxuriante, do desembarque, sem maiores considerações e sem qualquer manifestação de interesse ou curiosidade por seus antecedentes.

Como expressa a capa do livro didático *Historia do Brazil* (figura 1), de autoria de Rocha Pombo e publicado em 1918, as raízes da nação brasileira estavam àquela altura claramente fincadas na Europa. A disposição das imagens sugere a relação passado / presente, com o escudo da República ocupando o centro do campo visual, antecedido pelas armas, à esquerda, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve; e, à direita, do Império do Brasil, uma iconografia que reforçava no imaginário dos

futuros cidadãos uma origem européia, forjando uma identidade nacional inequivocamente euro-brasileira.

No primeiro dos momentos em que detectamos uma atenção cuidadosa ao passado remoto do Brasil, ao final do século XIX, a valorização das ciências - produzida pelo espírito positivista que impregnou todos os domínios da sociedade, em especial o da educação - estimulou uma aproximação entre o ensino secundário e o universo acadêmico. O com-



Fig. 1 Capa do livro *Historia do Brazil*, de autoria de Rocha Pombo

promisso elitista do primeiro com a erudição, com a formação intelectual e científica, trazia para o livro didático as produções mais recentes da academia. A valorização da tradição histórica, a necessidade de recuperação e conservação do passado, e até mesmo o culto a ele promovidos pela doutrina positiva acabaram criando um clima bastante favorável,

no Brasil, para o estudo e a difusão da pré-história na segunda metade do século XIX.

Mas é o segundo momento que nos interessa aqui. Na década de 1930, o sistema educacional foi profundamente reformulado pelo Estado Novo. O regime até então federativo, descentralizado, foi substituído pelo Estado unitário e centralizador, fortemente nacionalista, para o qual era fundamental a construção de uma identidade nacional. Nesse projeto, as áreas da educação e da cultura assumiram uma importância estratégica, com dois órgãos concentrando as ações nessa direção: o Ministério da Educação e Saúde (MES) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de triste memória, encarregado de difundir a ideologia e uma imagem positiva do novo regime, por meio não só dos instrumentos de comunicação de massa da época, mas sobretudo da Revista *Cultura Política*, compromissada com a “história do povo brasileiro”.

A implantação da História do Brasil nos currículos como uma disciplina autônoma, associada à criação de uma série de agências culturais, como o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e o Instituto Nacional do Livro, entre outras, foram algumas das medidas efetivas dessa política destinada à construção da nacionalidade brasileira. Por meio da valorização do patrimônio histórico, do culto ao passado, de uma idéia de “democracia racial” e de mestiçagem idealizada, emergia com novos contornos a nação brasileira. O passado, no caso, deveria ser uma fonte de explicação para o novo que surgia, legitimando-o.

Ao longo da década de 1940 e primeira metade da década de 1950, aumentaram qualitativa e quantitativamente, nos manuais, as informações referentes aos vestígios das populações pré-históricas e às hipóteses sobre o povoamento do continente. Esse ressurgimento de conteúdos relativos às origens e à pré-história está claramente relacionado à política cultural de Vargas de valorização do passado e de construção de uma identidade nacional. O índio passou a ser um elemento fundamental na arquitetura do mito da democracia racial, fundado na caracterização do povo brasileiro como uma “raça de mestiços”, expressão aglutinadora de qualidades positivas, morais e sociais.

Tratava-se agora de fundar a nação brasileira não mais a partir do europeu, mas dos autóctones, dando-lhe um caráter de autenticidade e conferindo-lhe uma identidade própria. Com essa idéia de mestiçagem - fruto da fusão de três “raças”, não obstante seu caráter implícito de pluralidade, de diversidade cultural e biológica – pretendia-se conferir

uma unidade à nação, fundamental para o projeto de construção da sua identidade.

Como assinalou Gomes (1996:192-4), essa proposta de “mestiçagem diluía não só a diversidade, como também a desigualdade entre índios, negros e brancos, gerando uma área de igualdade que se traduzia, magnificamente, por uma categoria político-cultural. Investigar as origens e a dinâmica desse processo de mestiçagem constituía-se na busca das próprias origens do valor da igualdade no Brasil (...). Estava no passado a chave para compreendê-lo”.

À proposta nacionalista do Estado Novo interessava resgatar raízes profundas em solo brasileiro – daí a valorização da pré-história - na medida em que reiterar os vínculos com a antiga metrópole e com o velho continente só reforçava a condição e a mentalidade colonizadas, de todo indesejáveis não apenas para o novo projeto civilizatório de Vargas, mas sobretudo para a nova nação que se desenhava.

A iconografia de um livro didático da era Vargas, datado de 1944 – *História do Brasil*, de autoria de Basílio de Magalhães (figura 2) - ilustra claramente a estratégia de inculcar esse ideário sobre as mentes em formação, através da imagem. Na capa, concebida a partir dos eixos natureza/cultura, foram apostos ícones da nova identidade nacional, com Portugal saindo definitivamente de cena. Com a natureza ao fundo e a cultura em primeiro plano, é representada a exuberância de nosso território no céu, na terra e no mar, exaustivamente louvada durante a era Vargas em cantos coletivos enaltecedores e glorificadores da nação, como *Aquarela do Brasil, Isto é o meu Brasil*, entre tantas outras.

No eixo da natureza figuram, no céu, o Cruzeiro do Sul; na terra, o Pão de Açúcar; e no mar, a Baía da Guanabara, ícones nacionais, aos quais foram acrescentadas gigantescas vitórias-régias sobre o mar da Baía da Guanabara. Neste ponto fica evidente que dados de realidade pouco importam quando está em questão a construção de um imaginário. Se vitórias-régias são plantas aquáticas de água doce típicas da região amazônica, isto parece ser irrelevante, e a licença permite colocá-las onde bem se entender. O que importa, no caso, é o seu caráter emblemático, transformada em um dos símbolos do Brasil.

No eixo da cultura, saem as armas portuguesas e entra em seu lugar, ao lado da bandeira brasileira e em plano de igualdade, uma urna majoara. Este é o novo sentido da nação, o presente fundado no passado remoto de nosso território, e não mais na antiga metrópole. A pré-história recuperada pela arqueologia fornecendo profundidade temporal à

nova identidade da nação brasileira, o passado conferindo legitimidade ao presente.

Vargas não chegou a investir diretamente na arqueologia, tal como outros regimes nacionalistas aqui mencionados. Além da descontinuidade

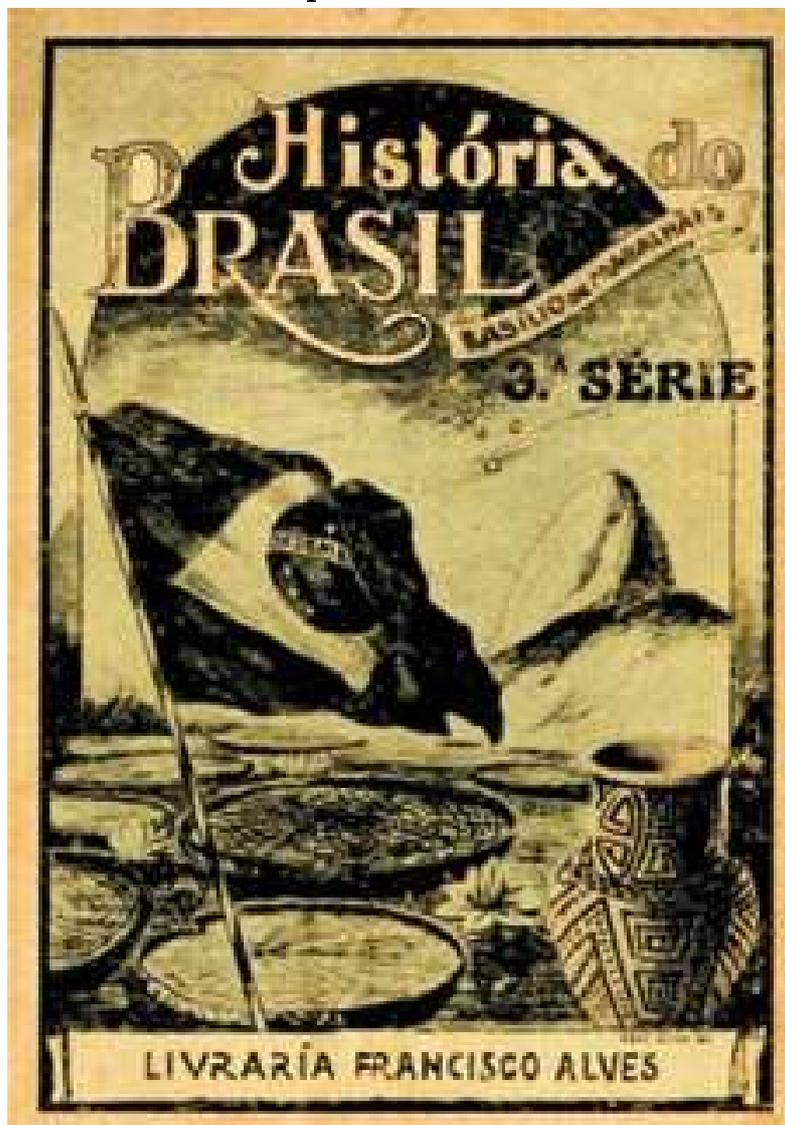


Fig 2 - Capa o livro *História do Brasil*, de autoria de Basílio de Magalhães

cultural referida, não apenas o exercício da arqueologia como campo disciplinar ainda não estava formalmente estabelecido, como a inexistência de vestígios espetaculares a serem resgatados era francamente desestimulante. Mas seus símbolos sem dúvida alguma foram apropriados e utilizados para conferir ao novo projeto de nação raízes fundas em nosso território, muito anteriores à chegada do europeu. Nossa origem agora não estava mais na Europa, mas sim no próprio solo brasileiro.

A homogeneidade apregoada por Vargas foi tão somente retórica,

mas cumpre destacar que esta é uma condição estreitamente associada ao Estado-nação, o qual pressupõe uma unidade que não raro mascara a diversidade existente no seu âmbito, ao conceber-se com uma única história, uma mesma língua, uma só cultura, em um mesmo território. Cabe portanto indagar aqui, acompanhando Canclini (2000:188), se é de fato possível afirmar uma identidade nacional sem reduzir as especificidades étnicas e regionais a um denominador comum, ou se ela comporta a diversidade. Uma possível saída para esse aparente impasse é pensar autonomamente identidade e cidadania, para que o nacionalismo possa coexistir com identidades multiculturais.

Em se tratando do Brasil, uma arqueologia a serviço da construção da identidade nacional precisa marchar no sentido contrário ao da perspectiva homogeneizante, unificadora, bem como refugar a erosão das diferenças. Antes, tem que trabalhar para resgatar e revelar, na profundidade temporal em que opera, a diversidade étnica e cultural que se instalou desde os primórdios da presença humana em nosso território, e que se intensificou ao longo de milênios, até a conquista. Daí em diante, os formidáveis fluxos migratórios disparados a partir dos séculos XV e XVI promoveram grandes movimentos de massa, miscigenando diferentes etnias e culturas, de tal forma que uma das principais conseqüências do expansionismo colonial foi o multiculturalismo, particularmente no Brasil.

À miscigenação genética e cultural de europeus, indígenas e africanos, resultado dos fluxos desterritorializantes nos primeiros séculos da empresa colonial, somou-se o posterior encorajamento a povos de todas as nacionalidades no sentido de migrarem para o Novo Mundo. Essa hibridação aniquilou entre nós a possibilidade da construção de fantasias de homogeneidade, uniformidade e pureza étnicas tão cultivadas no Velho Mundo. Essas mesclas interculturais produziram o pluralismo, a diversidade e a heterogeneidade culturais que se tornaram uma das principais marcas do nosso país e uma de suas grandes forças.

Dessa hibridação contínua, expandida ainda mais pelas redes transnacionais de comunicação, resultaram e continuam resultando novas formas de expressão identitária que se apoiaram e continuam se apoiando da mesma forma no sistema de objetos estudado pela arqueologia, sinalizando que o significado da cultura material não é fixo nem estático, mas está constantemente sujeito a mudanças, tal como as identidades de seus produtores e usuários. Longe de contribuir para a construção de

uma identidade primordial, essencialista, da qual teríamos supostamente derivado, a arqueologia deve colocar suas forças a serviço da construção de histórias e identidades plurais,

Dados arqueológicos não podem ser colocados a serviço da construção de identidades nacionais fixas, homogêneas e bem demarcadas, porquanto elas são reconhecidamente dinâmicas, heterogêneas, e fluidas (Jones 1995:66), o que faz com que processos dessa natureza dificilmente possam ser considerados concluídos.

Arqueologias nacionalistas podem contribuir tanto para a opressão quanto para a emancipação de um povo. No primeiro caso, elas estão em geral associadas a fanatismo, intolerância, totalitarismo. No último, elas podem ser libertárias e promover justiça social. Quando combinadas eticamente a uma consciência aguda da dignidade humana (Trigger 1995:277), as arqueologias nacionalistas responsáveis podem ter um papel extremamente positivo, promovendo consciência e orgulho étnico em povos que perderam sua auto-estima; fornecendo elementos para resistências a práticas neocolonialistas; esvaziando movimentos racistas de limpeza étnica; derrubando mitos de superioridade racial ou cultural, e assim por diante. Kohl & Fawcett (1995:8) entendem que há um padrão mínimo universal para uma arqueologia responsável, segundo o qual a construção do passado nacional de um grupo jamais deve ser feita às custas do apagamento de outros grupos. Mais ainda, o mesmo interesse e o mesmo respeito devem ser dedicados indistintamente a todos, configurando o que se considera aqui como princípios éticos fundamentais para o trato dessa questão.

É líquido e certo que a arqueologia vai continuar a desempenhar inevitavelmente um papel crítico para forjar consciências nacionais, na medida em que fontes históricas mais remotas, além de escassas, são cronologicamente limitadas, e muitos Estados-nações contemporâneos não possuem registros históricos antigos. Ou seja, arqueologias nacionalistas vão continuar a florescer enquanto eles existirem, o que requer consciência, atenção e vigilância contínua por parte da disciplina no que diz respeito às causas a serviço das quais ela se coloca, na medida em que valores étnicos não podem se sobrepor a princípios éticos. A arqueologia a serviço da construção de identidades nacionais estará sempre, com toda certeza, no fio da navalha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict

1983 *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1983.

ANDRADE LIMA, Tania

1988 Patrimônio Arqueológico, Ideologia e Poder. *Revista de Arqueologia*, 5(1):19-28.

ANDRADE LIMA, Tania & Regina Coeli Pinheiro da Silva

1999 1898 – 1998 : A Pré-História Brasileira em cem anos de livros didáticos. *Fronteiras*, Revista de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 3(6):91-134.

ANTHONY, David

1995 Nazi and eco-feminist prehistories: ideologies and empiricism in Indo-European archaeology. In Philip L. Kohl & Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 82-96.

ARNOLD, Bettina & Henning Hassmann

1995 Archaeology in Nazi Germany: the legacy of the Faustian bargain. In Philip L. Kohl & Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp 70-81.

CANCLINI, Néstor Garcia

2000 *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 3ª ed., São Paulo, Edusp.

DIAZ-ANDREU, Margarita

1995 Archaeology and Nationalism in Spain. In Philip L. Kohl & Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp 39-56.

FAWCETT, Clare

1995 Nationalism and postwar Japanese archaeology. In Philip L. Kohl & Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp 232-246.

FERRO, Marc

s/d *Falsificações da História*. Lisboa, Publ. Europa-América.

GOMES, Angela de Castro

1996 *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

HARDT, Michael & Antonio Negri

Canindé, Xingó, nº 10, dezembro de 2007

2003 *Império*, 5^a ed., Rio de Janeiro, Record.

JONES, Siân

1995 Discourses of identity in the interpretation of the past. In Paul Graves-Brown, Siân Jones and Clive Gamble (orgs.), *Cultural Identity and Archaeology*. Londres, Routledge, pp 62-80.

JONES, Siân & Paul Graves-Brown

1995 Introduction. Archaeology and cultural identity in Europe. In Paul Graves-Brown, Siân Jones and Clive Gamble (orgs.), *Cultural Identity and Archaeology*. Londres, Routledge, pp 1-24.

KOHL, Philip L. & Clare Fawcett

1995 Archaeology in the service of the state: theoretical considerations. In Philip L. Kohl & Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp 3-18.

KOHL, Philip L. & Gocha R. Tsetskhladze

1995 Nationalism, politics, and the practice of archaeology in the Caucasus. In Philip L. Kohl & Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp 149-174.

LILLIOS, Katina T.

1995 Nationalism and Copper Age research in Portugal during the Salazar regime (1932 – 1974). In Philip L. Kohl & Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp 57-69.

TONG, Enzheng

1995 Thirty years of Chinese archaeology. In Philip L. Kohl & Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp 177-197.

TRIGGER, Bruce

1995 Romanticism, nationalism, and archaeology. In Philip L. Kohl & Clare Fawcett (eds.) *Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp 263-279.

